

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*).

FEBVRE (Lucien). — **Pour une histoire à part entière**. Paris, S. E. V. P. E. N. École Pratique des Hautes Études (VIe Section). Collection "Bibliothèque Générale". Centre de Recherches Historiques.

Esta obra reúne, sob um título curioso, um certo número de artigos publicados pelo autor em diferentes revistas, sobre os quatro temas maiores do seu pensamento de historiador: Geo-história, Economias, Sociedades, Civilização. E', por assim dizer a ilustração do programa da excelente revista **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**; esse repositório reúne, numa maneira cômoda, um grande número de notas críticas, nótulas, resenhas bibliográficas importantes, que constituem sínteses precisas e um convite à pesquisa.

Esse livro constitui, pois, o terceiro volume das **Mélanges** de Lucien Febvre: êle havia publicado **Combats pour l'histoire**, onde se encontram reunidos os seus mais preciosos artigos de método histórico; em 1957, a **VIe Section** havia assegurado a edição dum segundo repositório consagrado à vida espiritual moderna sob o título de **Au coeur religieux du XVIIe siècle**; eis agora o terceiro, um verdadeiro panorama de história total; êle mostrará aos historiadores e aos outros especialistas das ciências humanas como o pensamento de Lucien Febvre permanece espantosamente, admiravelmente atual.

E. S. P.

MOLLAT (Michel). — **Les sources de l'histoire maritime européenne du Moyen Age au XVIIIe siècle**. Paris, S. E. V. P. E. N. École Pratique des Hautes Études. VIe Section. Collection "Bibliothèque Générale".

Os três primeiros colóquios de história marítima realizados em Paris em 1956, 1957 e 1958 tinham por objetivo confrontar os pontos de vista dos historiadores e dos marinheiros sobre alguns dos principais problemas relativos à história do navio e da economia marítima, na Europa, áreas mediterrânea, atlântica e nórdica, desde a Idade Média. O quarto colóquio, com a participação de representantes de 14 países, organizou um balanço documentário sintético do assunto. A obra contém ao mesmo tempo um grande número de assuntos e uma descrição razoável das fontes. Atualmente é possível conhecer a natureza, a qualidade das séries de documentos, assim como as possibilidades de comparação e de utilização complementar das fontes. Os portos mediterrâneos, em geral, dispõem da documentação mais antiga, mais variada e muitas vezes mais contínua. Percebe-se o porque da riqueza documental de Veneza e de Ragusa, mesmo a de Barcelona que nos forneceram apenas uma parte das informações que con-

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente resenha bibliográfica (Nota da Redação).

servam. Valência e sobretudo a Sicília revelaram séries duma continuidade excepcional e, para o caso desta última, praticamente insuspeitado até o presente momento. Alguns tipos de fundos arquivais tinham sido pouco utilizados, por exemplo os dos serviços portuários “de la Santé”, principalmente em Portugal e na Provença, ou ainda os passaportes dos quais um exemplo foi extraído dos arquivos dinamarqueses do XVII século, sem omitir os Arquivos dos Almirantes e dos Consulados. A fonte geralmente mais difundida e mais propícia à análise comparativa é a das taxas de caráter aduaneiro: os **Customs Accounts** ingleses e as contas do pedágio do Sund têm excepcional valor através do crivo duma prudente crítica; as discussões determinaram as condições do trabalho de análise. Ficou assentado que um estudo do tráfico marítimo atualmente é possível em escala internacional, dentro duma normalização de métodos de trabalho e duma colaboração entre os pesquisadores, aos quais o trabalho do colóquio ofereceram perspectivas concretas.

O Colóquio foi organizado conjuntamente pelo **Comité de Documentation Historique de la Marine** e o **Centre National de la Recherche Scientifique**. A publicação dos trabalhos foi assegurada por esta última entidade e pela **École Pratique des Hautes Etudes (VIe Section)**.

E. S. P.

*

LÉONARD (Émile G.). — **Histoire Générale du Protestantisme**. Presses Universitaires de France. 108, Boulevard Saint Germain, Paris.

Émile G. Léonard (1) produziu uma série de obras valiosas no setor da História, mas aquela que, realmente, coroou sua carreira na qualidade de mestre e de especialista na referida Ciência, é a que acaba de ser publicada sob o título **Histoire Générale du Protestantisme**, em três volumes. No primeiro deles estuda a Reforma desde as origens até à morte de Calvino (1564); no segundo, que abrange o fim do século XVI e o século XVII todo, ventila “O Estabelecimento” do Protestantismo na Europa, suas lutas e a formação de Igrejas. O terceiro, subordinado ao tema “Declínio e Renovação”, estende-se do século XVIII até ao presente. Enriquecem-na algumas cartas geográficas, uma porção de interessantes ilustrações, estatísticas e citações de fontes originais. Um índice detalhado facilita grandemente as consultas no que diz respeito a pessoas, lugares, assuntos, etc.

A História, de Léonard, não possui a extensão da obra de J. H. Merle D'Aubigné, em 13 volumes, e que, por isso mesmo, é mais minuciosa, e ainda que editada há cerca de um século, valiosa para

(1). — Émile G. Léonard, falecido em fins de 1961, foi durante anos professor na **École des Hautes Etudes**. Por algum tempo lecionou também na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, quando, simultaneamente, se dedicou a observações e estudos sobre o Protestantismo no Brasil, diversos dos quais já publicados, sendo que um deles nesta Revista de História, números 5 a 12, de 1951 a 1952.

quantos estudam o Protestantismo. Nem a História de Th. M. Lindsay, de apenas 2 volumes, pode ser dispensada pelo bom estudioso. Porém, a do professor da **École Pratique des Hautes Études**, a tôdas se avanta por sua atualidade, porque êle conhecia fartamente a matéria a que se consagrara desde longa data, tendo lido e examinado quase tudo quanto de valioso se escreveu nesse sentido. Bastaria, para recomendá-la, a numerosa bibliografia que oferece. Cumpre salientar, de igual modo, que o autor valeu-se também de obras escritas fora dos arraiais reformistas, podendo, assim, julgar os fatos com maior equilíbrio, favorecido, outrossim, pelo espírito mais compreensivo de nossa época e dos quatrocentos anos já decorridos. Soube levar em consideração aspectos essenciais, descurados por outros que o precederam, e pôr a verdade onde deve estar. Assim é que, para o Prof. Léonard, o Protestantismo não foi apenas um fenômeno do século XVI, mas depois quase negligenciado pela maioria dos historiadores, porém uma realidade permanente, um movimento em ação contínua, e daí a sua tese, que é igualmente a de muitos líderes das igrejas evangélicas, **Ecclesia reformata semper reformanda**, porque se o Evangelho é inexaurível, se a experiência religiosa pode ser aprofundada, e se a vida e as circunstâncias se transformam a cada passo, a Igreja não pode estratificar-se.

Através de exame sereno e acurado, conclui o inolvidável mestre da Sorbona que a Reforma teve razões que os simples fatores geográficos, as circunstâncias do momento, ou as questões nacionais não explicam, e tanto isso é verdade que o Luteranismo expandiu-se rapidamente para fora da Alemanha. As explicações de ordem moral, social, política e econômica, só em parte as aceita. A causa geral e fundamental foi de natureza religiosa, ou melhor, espiritual. Ao invés de uma revolta contra a piedade Católica, a Reforma representa o seu afloramento. Ela não é outra coisa senão a resposta àquêle anseio por um encontro pessoal com Deus, que São Francisco de Assis, São Bernardo de Clairveaux, e outros, procuraram restabelecer. E' um retôrno à simplicidade e ao espírito do Evangelho.

Naturalmente as figuras de Lutero, Calvino, Zwinglio, e de outros reformadores de menor projeção teriam que vir à cena. Todos êles respiraram a atmosfera humanista da época, mas se não fôra o impacto da Reforma, é certo que o Humanismo ter-se-ia degenerado também nas nações do Norte. Lutero foi o menos influenciado, e daí, o mais conservador. Outros fatores que contribuíram para o caráter que a Reforma adquiriu na Alemanha, além da personalidade de Lutero, foram: o rumo assumido pela revolta dos camponeses, o radicalismo de alguns colegas, combatido por aquêle, e as extravagâncias dos chamados Anabatistas. O Lutero de hoje não é o anjo exaltado por Protestantes e nem o demônio repelente de tantos Católicos; é simplesmente um vulto do seu tempo, com tôdas as suas virtudes e defeitos. Sua entrada no convento obedeceu ao desejo sincero de encontrar a salvação. Ao fim de alguns anos de rigoroso ascetismo alcançou a experiência de São Paulo, que o pecador é salvo pela fé em Cristo, por obra e graça de Deus. Por isso sua opo-

sição à venda das Indulgências, como foram apregoadas por Tetzcl. Lutero nunca pensara em levantar-se contra a Igreja, mas as circunstâncias pouco a pouco o constrangeram a tanto. Logo grande parte da nação estava do seu lado, e o problema, de religioso, envolveu o setor político. Tendo que comparecer perante o imperador na Dieta de Worms, o reformador viu-se na contingência de definir também sua doutrina àcerca das relações entre o Estado e a Igreja. E assim sucedeu noutros campos. Todavia o Luteranismo transpôs o território germânico e implantou-se nos países da Europa Setentrional, onde se mantém até agora, salvo num ou noutro, cujo predomínio passou ao Calvinismo. Este último acabou absorvendo o Zwinglianismo na Suíça, radicou-se na Escócia, na Holanda, e em parte na Inglaterra e Estados Unidos da América, e se não o foi na França é porque teve que haver-se com forças políticas poderosas aliadas ao Catolicismo. O Calvinismo, quando apareceu, tinha atrás de si algumas décadas de experiência reformista, era mais dinâmico que o Luteranismo e mais próximo do espirito evangélico; razões que explicam o seu progresso. Por conseguinte, julgamos exagerado o título dado por Léonard a um dos capítulos do Vol. I. qual seja o de "Calvino, o fundador de uma civilização".

A Contra-Reforma, no seu duplo aspecto, político e religioso, desempenhou importante papel na oposição que levantou ao avanço do Protestantismo. Em quase tôda a Europa Ocidental procurou-se embargar-lhe os passos com o amparo dos governos, e o resultado foram as guerras religiosas, ou simples escaramuças. Mas também é verdade que o Protestantismo contou com o auxílio de prestigiosos elementos, bastando lembrar os nomes dos eleitores da Saxônia, do Almirante Coligny, da família Bourbon, dos Nassau, Cromwell, o Rei Gustavo Adolfo, etc. Tal oposição, contudo, pouco valor teria sem as decisões do Concílio de Trento e o surgimento da Companhia de Jesus. O primeiro definiu a posição da Igreja Católica em face das questões em foco, ao passo que a Ordem dos Jesuítas a coadjuvou em tudo e em todos os lugares, imprimindo nova feição à obra missionária. Então o campo acessível à Reforma circunscreveu-se bastante, mesmo porque as terras de além-mar estavam em mãos das nações ibéricas, dois grandes esteios do Catolicismo. A guerra dos Trinta Anos, impediu, igualmente, ao Protestantismo de alargar suas fronteiras na direção da Europa Oriental.

No período que medeia até à paz de Westfália (1648-1649), firmada após esta última avassaladora guerra de religião, deram-se notáveis acontecimentos. O Protestantismo implantou-se em algumas nações, assumindo até o caráter oficial. Doutrinas e princípios se tornaram mais precisos. Processara-se, conforme diz o autor, um trabalho interno de estabilização dogmática e eclesiástica, e aquêle movimento nascido de anseios espirituais, dava origem a uma série de Igrejas confessionais. O Tratado, concedia-lhe, no entanto, pelo menos a vantagem da liberdade de culto, em virtude da revogação do antigo princípio *cujus regio ejus religio*.

O Prof. Léonard mostra detalhes das lutas que se travaram desde a origem da Reforma até ao estabelecimento do Protestantismo. A contribuição de seus vultos na formulação de conceitos religiosos, sociais, éticos e políticos, e inclusive econômicos. Dá, por exemplo, certa atenção à teoria da origem do Capitalismo, contestando tenha surgido como fruto da Reforma. Mostra que os germens estão na Idade Média, e indica ao leitor uma extensa bibliografia. Não nega, porém, a contribuição dos reformadores, sobretudo de Calvino, se bem que empreendimentos capitalistas tenham existido anteriormente e ao tempo da Reforma, e até com a participação de elementos identificados com a Igreja Católica.

No terreno das idéias também se feriu a luta internamente. Umhas Igrejas preferiram a forma congregacional de govêrno, outras o presbiteriano, outras o episcopal. Certas doutrinas foram o objeto especial de discussões. Na Alemanha surgiu primeiro a Confissão de Augsburgo, e por fim, a Fórmula de Concórdia; na Inglaterra, os 39 Artigos de Religião, para a Igreja oficial, ao passo que os adeptos de Calvino adotaram a Confissão de Westminster, extensiva a outros países. Na Holanda o Calvinismo suscitou uma reação contrária, conhecida como Arminianismo, no qual a predestinação passou a ser interpretada com menos rigor, e cuja influência se estendeu à França e à Inglaterra. Mas, apesar de tudo, realizaram-se esforços já nessa época para aproximar entre si os ramos do Protestantismo, e dêste com a Igreja Católica.

Embora relativamente recente, o Protestantismo entrou em declínio no século XVII. Primeiro, porque as lutas religiosas e políticas, e a Contra-Reforma, destorceram os rumos que tomara, e lhe tolheram a ação. Em segundo lugar, devido à sua organização eclesiástica e ao dogmatismo por onde enveredou, prosseguindo dêste modo pelo XVIII a dentro. A obra de evangelização arrefeceu. As dissidências tomaram vulto. Aos poucos o grupo de ministros, ou seja, o clero, cresceu de importância em muitas Igrejas, em detrimento dos leigos. Todavia, o Catolicismo ganhara vitalidade graças ao próprio Protestantismo, especialmente desde o Concílio de Trento. O Racionalismo, por sua vez, encontrou campo fértil, sobretudo na Alemanha e Inglaterra, concorrendo para tanto a doutrina do livre arbitrio. Mas, ao chegar-se ao século XIX, a situação se modificou. Êste, caracterizar-se-ia pela renovação do Protestantismo. Ao invés de continuarem firmados na razão para comprovar o conteúdo da fé, muitos voltaram-se para a experiência religiosa, vendo nela, para tanto, um meio mais seguro. Aliás, já anteriormente os **Quakers**, seguidores de George Fox, os Pietistas, de Jacó Spener, e depois os Moravianos e os Metodistas fizeram dêsse tipo de religião um dos pontos essenciais de suas crenças. A França experimentou tal influxo sòmente após a Revolução, enquanto sua vizinha, das Ilhas Britânicas, ia procedendo vagarosamente, mas com segurança, às reformas julgadas necessárias, graças à permeabilização do ambiente operada pela renovação espiritual do povo. E assim, renovada a religião e mudadas as condições gerais tanto no Velho

como nos novos continentes, o Protestantismo entregou-se à obra social, educativa e evangelística. Campos missionários foram abertos em muitas regiões do globo, e no seio dos quais já estão surgindo fortes Igrejas autônomas, embora amparadas ainda pelas Igrejas-mães. De outro lado, cumpre ressaltar o papel que os referidos campos e Igrejas vêm desempenhando no sentido de estimular o espírito ecumênico entre as confissões protestantes, especialmente, de que são provas o Concílio Internacional Missionário e o Concílio Mundial de Igrejas, organização esta que congrega também diversas outras pertencentes ao Cristianismo universal.

Finalmente, lembra o Prof. Léonard o interesse dos teólogos protestantes pelos estudos da dogmática. Entre aquêles que mais têm contribuído para aprofundar e enriquecer a doutrina cristã, nos dias que correm, contam-se figuras da envergadura de Karl Barth, Emil Brunner, Kulman, Tillich, Niebuhr, Gustaf Aulen, Nygren, Gogarten, e uma pleiade de outros. Vivemos, portanto, numa época também de renovação teológica.

JOSE' GONÇALVES SALVADOR

*

FANON (Frantz). — *L'An V de la Révolution Algérienne*. Ed. François Maspero. Paris, 1959.

A morte de Frantz Fanon, recentemente ocorrida numa clínica nos Estados Unidos, vítima de câncer, ocorreu posteriormente à leitura deste trabalho na Sociedade de Estudos Históricos.

Frantz Fanon nasceu na Martinica, tendo seguido seus estudos superiores na Faculdade de Medicina de Paris, onde foi assistente de psiquiatria, e nos hospitais civis, trabalhando depois nos hospitais da Argélia, onde, em contacto direto com as realidades e chocado com a brutalidade da luta, ingressa no FNL. Reparte o seu tempo entre as missões ao estrangeiro, procurando obter auxílio para os refugiados argelinos em Marrocos e na Tunísia, e na assistência médica aos combatentes, quer no *front*, quer nas suas bases na Tunísia.

Evian, 18 de maro de 1962, data da celebração dos acordos pelos quais a França — a França do general de Gaulle — é forçada a reconhecer o direito da Argélia à independência, chegou já tarde para o herói: a morte já o havia levado.

A nossa homenagem aos heróis tombados na luta, nossa homenagem à França que reencontrou o seu caminho, caminho êsse, de que se não teria desviado se, em 1852 tivesse ouvido a palavra de Augusto Comte:

“J'ose ici proclamer les vœux solennels que je forme, au nom vrais Positivistes, pour que les Arabes expulsent énergiquement les Français de L'Algérie, si ceux-ci ne savent pas la leur restituer dignement” (1).

(1). — *Catéchisme positiviste*, pág. 373.

“**L’Algerie c’est la France**”, a palavra de ordem — o mito — que domina o colonialista francês, e, atingiu plenamente a mentalidade pequeno-burguesa do francês-médio, por palavras de André Philip (2), por mais paradoxal que se nos afigure, constitui o principal motor da Revolução Argelina. Completou o movimento libertador, este mês, o seu sétimo ano de luta, de uma luta gloriosa, cadinho da formação de uma nacionalidade — a argelina — custando até agora a vida de cerca de um milhão de patriotas. Pena é que a mediocridade de certos políticos, suas alianças com conhecidos grupos de interesses, a política de traição dos partidos franceses, nomeadamente do socialista e do comunista, os tenha impedido de encontrar a justa solução para o problema: a independência, tal como a defendeu esse francês, político notável, homem de seu tempo, e, sobretudo homem de vocação africana, o “premier” Pierre **Mendés-France**

O 1.º de novembro de 1954, data da arrancada para a independência, em que um punhado de patriotas se lança na luta, empunhando armas, na continuação lógica da batalha empreendida pelo povo argelino desde 1830, quando da sua anexação à França, passando por vicissitudes várias, até aos movimentos de Ben Kraled de 1918, que vem a desaparecer da cena política com o exílio de seu chefe no Cairo; a dissolução forçada da Estrêla do Norte de África em 1937 — o primeiro partido político organizado — a clandestinidade do Partido Popular Argelino em 1939; a formação da UDAM, de feição moderada, a que pertenceu o ex-presidente do governo provisório argelino, Ferhat Abbas; o PPA, de Messali Hadj, hoje com residência fixa em França e desprestigiado em favor da FNL, constituem o entrosamento de fatos políticos que dão jus ao direito do povo argelino ascender à independência.

A última guerra foi decisiva para a formação do movimento libertador: numerosos argelinos lutaram ao lado da França Livre, chegando razoável número a atingir o oficialato; o general de Gaulle, quando chefe do governo provisório, promete medidas liberais, que vem a concretizar mais tarde, através da lei de 7 de março de 1954 — cidadania francesa, aumento da representação muçulmana nas assembléias locais, e, a igualdade do *status* social a todos os habitantes da Argélia —. A política de integração, iniciada com o famoso **Bureaux des Affaires Arabes**, integrado por oficiais do exército, coadjuvados por sociólogos e etnólogos, sempre pronto a procurar nos elementos tradicionalistas e latifundiários da Argélia — caracteristicamente feudais e corruptos — o apóio que lhe era oferecido em troca da manutenção dos seus privilégios, é, igualmente, um fator a considerar. Em 1949 a Liga Árabe cria a Comissão de Libertação do Maghreb; a França vota o Estatuto da Argélia em 20 de setembro de 1947 —

“igualdade efetiva entre todos os cidadãos franceses”

(2). — *Le Socialisme Trahi*. Ed. Plon, Paris, 1957.

estatuto êsse, digno da França revolucionária, mas não cumprido, em virtude da intervenção das forças dos grandes interesses, representados pelas companhias que operam em território argelino. A partir de 23 de setembro de 1948 a Argélia passa a eleger 30 deputados e 14 senadores, sendo a eleição processada através de um duplo colégio eleitoral. A partir destas reformas, tudo o mais, tem sido pura farsa do colonialismo. E' a todos os títulos paradoxal, que o povo argelino, ao qual já mataram cêrca de um milhão dos melhores de seus filhos, em sete anos de luta, tenha votado em massa nas soluções propostas pela França colonialista, como nos pretendem fazer crer, através das pseudo-estatísticas forjadas pela propaganda francesa. Ainda, recentemente, o general de Gaulle, num momento de lucidez, próprio do homem que nunca deixou de acreditar na missão da França — a de levar a luz da liberdade aos povos — reconheceu que o povo argelino aspira, em sua totalidade, à independência, e como seu legítimo interlocutor o FNL.

Os **fellaghas**, principal sustentáculo do movimento, nasceram das conseqüências da política colonialista, que os levou à mais extrema miséria, sendo que 10% da população européia detêm três quartas partes do poder econômico. As plantações de vinhedo, atualmente ocupando 400 mil hectares pertence em 90% a agricultores franceses, plantações essas, que além do mais, provocaram a transferência das terras de cereais cultivadas pelos mouros, para vinhedos de franceses, fazendo cair a média de produção de cinco quintais de trigo por argelino em 1871, para dois quintais em 1961; as obras de irrigação beneficiando, com exclusividade a propriedade européia, daí, que apenas os 24% de proprietários europeus, que possuem mais de 100 hectares, num total de 80% da propriedade em mãos de europeus, tenham obtido uma renda de 93 bilhões de francos, ao passo que os 600 mil proprietários muçulmanos não ultrapassaram a cifra de 67 bilhões, com uma propriedade média de 12,3 hectares.

O despertar da consciência nacional argelina se tornou uma realidade através do desenvolvimento da luta que trava com o colonialismo francês; a Argélia não constituia uma nação, mas antes um conjunto de tribos, mais ligadas por afinidades biológicas — patriotismo biológico — como lhe chamou George Ballandier, do que por um traço de união baseado na idéia de pátria. A noção de nação, ligada a de fronteira, não era do conhecimento do povo argelino; foi a política de integração praticada pela França que produziu frutos; a destribalização, a concentração urbana, cadinho de elementos de tôdas as regiões da Argélia, transformando a mentalidade do ex-campesino; os contactos entre as diversas etnias; o serviço militar nas fileiras do exército francês, a participação na última guerra; o meio milhão de trabalhadores argelinos, que fornecem mão-de-obra às indústrias da metrópole, sobretudo nas regiões de Paris, Marselha, Lille, Lião e Bordéus; as elites educadas nas universidades francesas, e, sobretudo, a repressão levada a efeito pelo exército francês, aliada à política de destribalização, e de despersonalização, do já citado **Bureau des Affaires Arabes**. A luta que vem sendo levada a

cabo tornou possível a criação da noção de Nação Argelina. Note-se, e aqui reside a principal característica da luta do povo argelino, de estarmos perante uma autêntica revolução e não de um simples movimento insurrecional contra o colonialismo. A revolução pretende o poder para o povo, a liquidação da economia colonial, dos privilégios dos feudais, do latifúndio, a criação de um quadro econômico independente, tudo isto através de uma revolução que não admite discriminações religiosas, raciais, e, até certo ponto, políticas.

Antes de entrar na análise da obra de Frantz Fanon, quero ainda chamar a atenção para um problema de grande importância, o de caráter não comunista da revolução; a traição do Partido Comunista Francês, a não existência de dirigentes comunistas no seio do FNL. O Partido Comunista Argelino perdeu toda a possibilidade de atrair as massas muçulmanas, apesar do apóio direto e total, que ultimamente a URSS e os países socialistas vêm oferecendo à Argélia. A orientação comunista, tremendamente burocratizada, seguindo as diretrizes impostas pelo PCF, é este, a política internacional da URSS, não prestou, em tempo, o apóio devido à causa argelina, alicerçado no estafado argumento de que a revolução só seria viável quando da instauração em França do regime do proletariado. O partido perdeu sua expressão política, não só na Argélia, mas igualmente em Marrocos, onde fenómeno idêntico se constatou. Não podemos esquecer, e muito menos os argelinos, de que o PCF, num ato de traição à causa da liberdade dos povos votou os plenos poderes a Guy Mollet. O PCA constituído na sua maioria por elementos europeus foi presa fácil da política do PCF, e da política internacional da URSS. O seu total malôgro foi constatado na reunião do vale de Soumman, em 1956, convencida pela Frente de Libertação Nacional a fim de analisar a força dos antigos agrupamentos políticos da Argélia. Hoje em dia, os comunistas trabalham no seio do FNL, não como representantes do partido, ou em bloco, mas antes a título individual, e contudo impedidos de atingir cargos de liderança. As contradições dialéticas do partido, sãbiamente controladas pela URSS foram o germe de sua destruição. O partido não conseguiu atingir a população muçulmana. Ben Badis, um dos líderes da revolução, chegou a ser tomado, e apontado pelos comunistas como “reacionário”, “agente do imperialismo”. A tentativa do PCF de alterar sua política em 1956 falhou. Era tarde demais, o FNL ganhara o povo argelino, movimentava as massas e adquirira raízes profundas. O partido, que já se mostrara incapaz de analisar a situação revolucionária, não conseguiu tornar-se argelino, permanecendo essencialmente uma filial do partido francês.

*

A obra de Frantz Fanon é a todos os títulos notável, sobretudo pela exposição dos fatores determinantes da mudança da estrutura social do povo argelino. É este o aspecto da obra de Fanon, que por se tratar de um dos aspectos da revolução argelina praticamente por analisar, e raramente afluído nos escritos que temos lido últi-

mamente sôbre a revolução, nos interessa especialmente destacar — a alteração do *status* do homem argelino, a reestruturação da sociedade argelina em novos níveis organizatórios através do desenvolvimento do processo revolucionário, oferecendo assim aos estudiosos uma visão do que virá a ser a Argélia Independente para além dos tratados.

Não nos deteremos em analisar os capítulos IV e V, que tratam respectivamente da “A Medicina e o Colonialismo” e da “Minoria Européia na Argélia”, mas apenas aqueles capítulos em que o autor aborda as causas e fatores da mudança.

A importância do véu para a mulher argelina e para a manutenção da estrutura tradicional é analisado por Fanon ao tratar da mudança social imposta pelo colonialismo francês. A luta empreendida pela administração francesa contra o uso do véu, em nome da emancipação da mulher argelina, visava a sua despersonalização, anulando as resistências ao colonialismo, não só suas, mas, sobretudo, as da família muçulmana. O véu simboliza o respeito, a tradição. A mulher sem o véu, e sem ter encontrado, ou antes, sem lhe terem fornecido uma mística que substituísse o seu valor simbólico está desarmada no seio do seu próprio meio. Perde todo o “mistério” que o véu lhe empresta. O comportamento do homem em relação à mulher forçosamente alterar-se-ia. O marido a desrespeitaria, o filho não a acataria, seu pai a repudiaria. A destruição da família era fatal. A luta estaria perdida. A mulher vem a abandonar o véu; a estrutura da família altera-se: as relações de pai para filho, de marido a mulher, de irmão mais velho a irmão mais novo. O processo revolucionário determina a mudança, a reestruturação da sociedade argelina em novos níveis, mas de uma mudança progressista. A mulher abandona então o véu sem se despersonalizar, obtém a sua independência, um novo lugar dentro da família, posição conquistada e que não determinou a sua frustração.

A análise de Fanon é profunda e bem documentada desde a descrição e análise do comportamento de um jovem doente que pede para mudar de pavilhão, a fim de não compartilhar da mesma sala com o irmão mais velho. O jovem está ainda prêsso à tradição, ao poder do irmão mais velho a quem deve obediência. A luta altera o comportamento; constatamos que em numerosos grupos combatentes o irmão mais velho obedece ao comando do mais novo. O pai, o todo poderoso dentro da família, é forçado a admitir a resolução dos filhos de se alistarem na luta, primeiro os jovens, e pouco depois as jovens. Sua primeira reação é de ordenar ao filho que abandone a luta; surge o militante do movimento revolucionário, que apelando para os seus sentimentos patrióticos, e, principalmente, ante a firme disposição comandada pelo filho de combater pela liberdade de seu país, acaba por aceitar a decisão dêste e, mais importante ainda, orgulha-se do filho que luta. O processo em relação à filha foi mais complexo, mais profundo; seus frutos são a garantia da autenticidade da revolução. A colaboração da mulher torna-se indispensável ao movimento. E' a mulher que transporta as armas

indispensáveis ao **fidai** — elemento encarregado de executar algum atentado —, que retoma as armas uma vez executada a missão. São as chamadas “mulheres arsenais”.

Arrisca a vida. Ganha as montanhas. Percorre centenas de quilômetros transpondo as barreiras do exército dominador. Pega em armas. Acompanha o homem no **maquis**. Leva informações preciosas para o movimento. Tudo isto é levado a cabo por uma jovem que, ainda, em 1953 não saía à rua sem ser acompanhada, que vivia recolhida em casa, que evitava conversar com homens, que não tomava parte na vida do homem, que não discutia; a mulher não era ouvida. Agora o pai adapta-se à nova situação criapa pela luta: não lhe pergunta por onde andou durante a ausência do lar, não a interroga sobre a vida privada. O pai passa a estar diante de uma heroína, respeita-a e aceita o seu novo lugar na família e na sociedade, lugar conquistado com o risco constante de perder a vida.

O casamento, que anteriormente à revolução se limitava a um simples contrato entre os pais dos noivos, para o qual estes não eram ouvidos, altera-se. A revolução cria um registro civil. Os jovens que se conhecem no **maquis** passam a celebrar seu casamento perante o oficial do registro civil da “administração fantasma”, criada pela revolução, sem que necessitem da autorização paterna. Os pais aceitam. Seus filhos não são mais as crianças do passado; são heróis que merecem respeito. O divórcio, que antes se limitava ao simples repúdio da mulher por parte do marido, não mais pode ser praticado, a revolução exige um processo, tem que respeitar as leis da revolução, e só o oficial do registro civil do FNL o pode decretar. A revolução libertou a mulher, na medida em que esta conquistou uma nova posição na sociedade. A sociedade altera-se na forma e no comportamento dos seus integrantes.

E’ a alteração profunda do **status** individual, que nos garante a autenticidade da revolução argelina. A criação de uma nova legislação, aplicada e executada por “tribunais fantasmas”, a “administração fantasma”, a que os camponeses recorrem dispensando os órgãos da administração colonial, a participação dos cidadãos, homens e mulheres, nas assembléias populares, constituem a base da nova Argélia.

FERNANDO D’ALBUQUERQUE MOURAO

*

ANAIIS DO MUSEU PAULISTA. Tomo XV, 458 págs., São Paulo, 1961.

Depois de 10 anos de interrupção, é reiniciada a publicação dos Anais do Museu Paulista, que juntamente com a sua Revista, deram justo renome àquela instituição. Enquanto a coleção da Revista, que circula desde 1895, enriquece, sobremaneira, a bibliografia antropológica brasileira, particularmente na chamada **nova fase** de sua publicação, os seus Anais têm se consagrado mais à História. Assegura-nos o historiador Mário Neme, seu Diretor, que os Anais conti-

nuarão sem maiores soluções de continuidade, e inserindo, inclusive, monografias, comunicações e crítica bibliográfica.

Este número, que sai a lume graças a verba federal, concedida através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, traz a seguinte matéria: “Ensaio de história econômica financeira”, do saudoso Afonso de E. Taunay, no qual o autor da “História da cidade de São Paulo”, reúne vários estudos, já anteriormente publicados, e de valor para o conhecimento da evolução econômica paulista. Da mesma valia é o trabalho que se segue, de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, intitulado “Memória econômica política da capitania de São Paulo”, no qual são estudadas as causas da conjuntura econômica que a capitania atravessava, bem como apontadas as soluções adequadas. Vem a seguir “As cartas de Miss Mary P. Dascomb ao dr. Horace Manley Laus” (1886-1907), primeiro diretor do Mackenzie College. Na introdução a essas missivas o prof. Frank Goldman encarece a sua importância para a história da contribuição protestante à educação brasileira. Encerra este volume o “Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904”, o qual vem enriquecido com um prefácio do sr. Carlos Borges Schmidt, e notas etnográficas do prof. Herbert Baldus e históricas do dr. Edgard Lage de Andrade.

J. R. A. L.

*

BOLETIM DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. N.º 1, Rio, março de 1962.

Desde que assumiu a direção do Museu Nacional de Belas Artes, o crítico José Roberto Teixeira Leite vem tomando uma série de iniciativas que têm dado àquela instituição a projeção que ela realmente merece. Restaurações, exposições e até “descobertas” de quadros famosos, constituem resultados mais imediatos dessa nova orientação impressa ao Museu.

Completando essa “dinamização” da casa de artes da avenida Rio Branco, acaba de ser lançado o primeiro número do Boletim do Museu Nacional de Belas Artes, cuja circulação será trimestral. Destina-se o mesmo à publicação de trabalhos originais, sendo, nesse sentido, franqueado a estudiosos e especialistas do país e do exterior. Abrigará ainda assuntos de interesse para a ciência museológica, comentários bibliográficos, debates dos problemas artísticos no Brasil, etc.

Neste número o Boletim apresenta a seguinte matéria: “Um Velazquez no Brasil”, artigo no qual P. M. Bardi, Diretor do Museu de Arte de São Paulo, faz várias considerações em torno do Retrato do Conde-Duque de Olivares, obra que agora é definitivamente atribuída a Velazquez e que está no Brasil. De Luís Carlos Palmeira há uma “Notícia sobre a coleção egípcia do Museu Nacional”. Nos “Desenhos brasileiros do Conde de Clarac”, o sr. Donato Melo Júnior dá vários informes sobre o Conde que para aqui viera como cavaleiro da comi-

tiva do Duque de Luxemburgo, chegada ao Brasil em 30-5-1816. Em “A lamentação da cruz do retábulo das sete dores da Virgem, de Quinten Metsijs, no Rio de Janeiro“, o especialista José Roberto Teixeira Leite procura estudar e ao mesmo tempo dar as últimas notícias em tôrno das investigações sôbre a autoria dêsse bellissimo quadro. Outro artigo de grande erudição é o de Deoclécio Redig de Campos, Conservador da Pinacoteca do Vaticano, sôbre “A Virgem de Foligno de Rafael e sua restauração”. Do prof. Mário Barata temos o artigo “Autêntica escultura romana no Brasil”, no qual traz à balha a procedência e autoria da escultura em mármore representando **Antinous** que pertence ao Museu Nacional de Belas Artes. Completa a matéria dêsse Boletim uma notícia biográfica de Grandjean de Montigny escrita por Elias Kaufman, além de noticiário especializado e de um necrológico de Cândido Portinari.

J. R. A. L.